

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

REQUERIMENTO N° 251 de 2006

Requer a realização de um seminário para discutir uma proposta de controle social realizado pela sociedade civil.

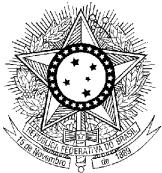
Senhora Presidente,

Submeto ao plenário desta Comissão a proposta de realização de um seminário para discutir o controle social a ser realizado pela sociedade civil junto aos programas e projetos gerados a partir da definição de políticas públicas voltados para o desenvolvimento da educação básica.

Para realizar o debate, sugiro sejam convidados:

- Ministro da Educação;
- Conselho Nacional de Educação;
- União Nacional de Dirigentes Municipais - UNDIME;
- União Nacional de Conselhos Municipais de Educação - UNCME;
- Representante da Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação - CNTE;
- Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED;
- Campanha Nacional pelo Direito à Educação; e
- Representante do Grupo de Trabalho 3 - "Movimentos Sociais e Educação", da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação - ANPEd .

EF863F7436



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

JUSTIFICAÇÃO

Políticas Nacionais voltadas para a expansão e melhoria de qualidade da educação básica têm sido alvo de iniciativas tanto do Poder Legislativo por meio de leis aprovadas, como do Poder Executivo, no âmbito de sua competência. Neste sentido, tem sido defendida a perspectiva de formulação de políticas públicas como "política de estado" e não de um determinado governo. A concretização das mencionadas políticas se dão através de programas e projetos, executados pelas várias instâncias da gestão educacional.

A exemplo do programa de merenda escolar, do FUNDEF e tantos outros, são instituídos Conselhos Estaduais e Municipais, com o objetivo de realizar o controle social que, ao lado das instituições executoras, buscam assegurar o cumprimento dos objetivos e metas aprovadas.

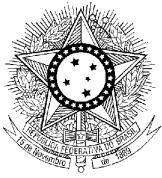
O orçamento desses programas e projetos tem sido alvo de fortes denúncias no que se refere a desvio do uso dos recursos a eles destinados. Entretanto, ainda não foi possível definir um modelo de organização e atuação adequadas para essas representações, no papel de instância controladora e fiscalizadora da execução das políticas. Uma organização que permita o distanciamento necessário das estruturas políticas e econômicas, locais ou regionais, bem como, que viabilize o recebimento do apoio necessário para atuar diretamente e mobilizar a sociedade envolvida.

Aqui, portanto, a proposta é discutir o que já existe, as dificuldades encontradas e as propostas para que se implante um novo modelo de representação da sociedade civil neste papel.

Sala das Comissões, de maio de 2006.

Deputada **FÁTIMA BZERRA - PT**

EF863F7436



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Sala da Comissão,

EF863F7436

